

Celium - Instituição Particular de Solidariedade Social

Anexo

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	12
5	Ativos Fixos Tangíveis	12
6	Ativos Intangíveis	14
7	Locações.....	15
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	15
9	Inventários	15
10	Rédito.....	16
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	16
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	16
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	16
14	Imposto sobre o Rendimento	16
15	Benefícios dos empregados.....	16
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
17	Outras Informações	17
17.1	Investimentos Financeiros	17
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	18
17.3	Créditos a Receber.....	18
17.4	Outros Ativos Correntes	18
17.5	Diferimentos	19
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	19
17.7	Fundos Patrimoniais	19
17.8	Fornecedores	19
17.9	Estado e Outros Entes Públicos	20
17.10	Outros Passivos Correntes	20
17.11	Subsídios, doações e legados à exploração	20
17.12	Fornecimentos e serviços externos	21
17.13	Outros rendimentos.....	21
17.14	Outros gastos.....	22

17.15 Resultados Financeiros	22
17.16 Acontecimentos após data de Balanço	23

1 Identificação da Entidade

A “Celium - Instituição Particular de Solidariedade Social” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de associação, com estatutos publicados no Diário da República n.º 230, Série III, com sede em Rua das Lavadeiras, nº15 - 3030-857 Ceira. A instituição tem atividade prosseguir os objetivos definidos no nº1, do artigo 2º, do capítulo 1 dos seus Estatutos:

- “Promover ações de solidariedade social, nomeadamente, desenvolvimento de atividades de proteção à infância, juventude, idosos e deficientes, família, comunidade e população ativa e secundariamente desenvolver a promoção desportiva, recreativa e cultural dos associados, o convívio social e a cooperação com organismos oficiais e particulares.”

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas

quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10-7-6-5
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	8
Outros Activos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Não aplicável.

3.2.6 Investimentos financeiros

Os "Investimentos Financeiros" encontram-se valorizados ao seu valor nominal.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Subsídios do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Instituição cumpre todas as condições para o receber. Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão registados em balanço, na rubrica “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais” e são reconhecidos na demonstração de resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

3.2.9 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.10 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2022, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	3 180,00					3 180,00
Bens Imóveis	3 180,00					3 180,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	3 180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 180,00

No período de 2023, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2023					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	3 180,00					3 180,00
Bens Imóveis	3 180,00					3 180,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	3 180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 180,00

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	339 265,48					339 265,48
Edifícios e outras construções	639 568,25	23 062,29				662 630,54
Equipamento básico	106 157,33	1 040,22				107 197,55
Equipamento de transporte	115 018,93	19.832,00				130 100,93
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	46 976,66					46 976,66
Outros Ativos fixos tangíveis	3 849,28	402,48				4 251,76
Total	1 250 835,93	44 336,99	0,00	0,00	0,00	1 290 422,92
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	210 679,15	13 100,86				223 780,01
Equipamento básico	101 429,46	1 117,74				102 547,20
Equipamento de transporte	115 018,93	3 966,40				114 235,33
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	44 625,31	786,95				45 412,26
Outros Ativos fixos tangíveis	3 675,64	169,73				3 845,37
Total	475 428,49	19 141,68	0,00	0,00	0,00	489 820,17
Imobilizado em Curso						
Residência Sénior (Lar)	130.922,88	58 107,42				189.030,30
Total	130 922,88	58 107,42				189.030,30
Activos Fixos Tangíveis	906 330,32	83 302,73				989 633,05

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	339 265,48					339 265,48
Edifícios e outras construções	662 630,54					662 630,54
Equipamento básico	107 197,55					107 197,55
Equipamento de transporte	130 100,93					130 100,93
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	46 976,66					46 976,66
Outros Ativos fixos tangíveis	4 251,76					4 251,76
Total	1 290 422,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1 290 422,92
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	223 780,01	13 100,86				236 880,87
Equipamento básico	102 547,20	972,82				103 520,02
Equipamento de transporte	114 235,33	3 966,40				118 201,73
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	45 412,26	787,41				46.199,67
Outros Ativos fixos tangíveis	3 845,37	169,72				4 015,09
Total	489 820,17	18 997,21	0,00	0,00	0,00	508 817,38
Imobilizado em Curso						
Residência Sénior (Lar)	189 030,30	34 956,37				225 986,67
Total	189 030,30	34 956,37				225 986,67
Activos Fixos Tangíveis	989 633,05	34 956,37				1 007 592,21

A Celium neste momento usufrui de 3 terrenos em regime de cedência de utilização.

Um terreno para construção da Creche, cedido pela Câmara Municipal de Coimbra com início em 2007 e por um período de 40 anos. Dois terrenos para construção do Centro Social Integrar, cedidos pela Junta de Freguesia de Ceira, em 1996, por um período de 30 anos, renovável por períodos sucessivos de dez enquanto mantiverem o objeto social da instituição.

Os investimentos em curso referem-se à obra da Residência Sênior (Lar), obra em curso no final de 2023.

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	1 726,05					1 726,05
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	1 726,05	0,00	0,00	0,00	0,00	1 726,05
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	1 726,05					1 726,05
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	1 726,05	0,00	0,00	0,00	0,00	1 726,05

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	1 726,05					1 726,05
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	1 726,05	0,00	0,00	0,00	0,00	1 726,05
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	1 726,05					1 726,05
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	1 726,05	0,00	0,00	0,00	0,00	1 726,05

7 Locações

Não aplicável.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Em 2021, a Celium contraiu dois empréstimos, um de 500 000,00€ no Banco Montepio e outro de 450 000,00€ na Caixa Geral de Depósitos para a construção da sua Estrutura Residencial Sénior.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos, uma vez que se destinam a investimentos são capitalizados como sendo parte integrante do custo do ativo. Neste caso, integram a conta 453001 Residência Sénior (Lar)

Descrição	2023			2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	809 200,95	809 200,95	0,00	927 932,56	927 932,56
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	809 200,95	809 200,95	0,00	927 932,56	927 932,56

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022				2023			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 669,77	46 797,83	0,00	1 668,45	52 989,50	0,00	1 625,11	
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
Total	1 669,77	47 603,26	0,00	1 668,45	53 559,63	0,00	1 625,11	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				46 799,15			53 032,84	
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00	

10 Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	236 817,33	236 839,38
Quotas e joias	4 908,90	5 023,90
Promoções para captação de recursos	0,00	1 960,00
Serviços Secundários	29 620,45	27 084,83
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	349,97	112,54
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	271 696,65	271 020,65

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2023	2022
Subsídios e apoios das Entidades Públicas		
ISS,IP	375 289,39	320 611,21
IEFP	2 410,7	20 223,60
IAPMEI	0,00	896,00
JUNTA DE FREGUESIA	0,00	96,00
Total	377 700,09	341 826,81

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2023 e 2022, foram, respetivamente 5 elementos.

Os órgãos diretivos não usufruem de remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Celium em 31/12/2022 foi de 28 e em 31/12/2023 foi de 26.

Os gastos que a Celium incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	335 224,19	344 043,76
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	68 934,37	68 840,37
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3 452,77	2 932,55
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	994,46	1 416,18
Total	408 605,79	417 232,86

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2023	2022
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	4 449,09	5 211,84
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	4 449,09	5 211,84

Os investimentos financeiros referem-se aos investimentos feitos nos Fundos de Compensação do Trabalho.

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	5 226,80	4 330,40
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	5 226,80	4 330,40
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

A Direção desenvolveu um esforço de cobrança de dívidas de sócios e regularizou a custos de exercícios anteriores o valor de quotas em dívida dos sócios exonerados, de acordo com o seu regulamento, em Assembleia Geral, bem como dos sócios falecidos em 2023.

17.3 Créditos a Receber

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica “Créditos a Receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Utentes	37 566,68	37 444,16
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores	0,00	50,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	4 840,52	4 976,92
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	42 403,58	42 471,08

A Direção encontra-se a desenvolver esforços no sentido de receber as dívidas apresentadas, convicta da sua cobrabilidade, razão pela qual não são registadas imparidades.

17.4 Outros Ativos Correntes

Não aplicável.

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1 593,55	2 659,12
Jornais e Revistas	32,11	137,43
Total	1 625,66	2 796,55
Rendimentos a Reconhecer		
Subsídios para Exploração		26 703,13
Total	13 532,51	26 703,13

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com o seguinte saldo:

Descrição	2023	2022
Caixa	359,32	772,05
Depósitos à ordem	488 160,29	734 593,15
Depósitos a prazo	1 253 500,00	1 020 000,00
Outros		
Total	1 742 019,61	1 755 365,20

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	498,80	0,00	0,00	498,80
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1 341 864,47	78 064,14	0,00	1 419 928,61
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	312 700,09	0,00	-9 690,36	303 009,73
Total	1 655 063,36	78 064,14	-9 690,36	1 723 437,14

As diminuições de outras variações de fundos patrimoniais referem-se à especialização do subsídio ao investimento e de doações.

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	6 406,72	8 095,85
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	6 406,72	8 095,85

O fornecedor ELOGYWINDOW Unipessoal, Lda apresenta um saldo devedor de 4.096,30€, na sequência de regularização de iva de faturas que já haviam sido liquidadas. A Celium está em contacto com o fornecedor para a resolução desta situação.

Os outros saldos de valor devedor devem-se a notas de crédito que a 31/12/2023 estavam por regularizar.

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	314,25	4 096,27
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	314,25	4 096,27
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 073,00	1 285,00
Segurança Social	8 021,70	6 955,34
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	9 094,70	8 240,34

17.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		16 121,69		16 798,29
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		66,41		73,52
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		1 644,30		1 644,30
Credores por acréscimo de gastos		71 827,74		67 915,91
Outros credores		16 407,00		18 221,44
Total	0,00	106 067,14	0,00	104 653,46

17.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	377 700,09	341 826,81
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	4 691,03	3 186,86
Legados	0,00	0,00
Total	382 391,12	345 013,67

Os “Subsídios e Apoios de Entidades Públicas” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	16 942,25	22 404,25
Materiais	5 516,41	6 131,62
Energia e fluidos	21 150,44	22 593,61
Deslocações, estadas e transportes	0,80	5,80
Serviços diversos	24 280,93	21 309,94
Total	67 890,83	72 445,22

17.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	19 250,91	15 330,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	500,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	20 916,95	15 754,28
Total	40 167,86	31 584,28

Os outros rendimentos referem-se a correções relativas a participações efetuadas pela Segurança Social no valor de 1 651,86€, a imputações de Subsídios ao Investimento no valor de 9.471,32€, a penalidades contratuais recebidas de 1 418,66€, a regularização de saldo credor de TSU comunicado pela segurança social 2 434,18€ e a correções a dívidas a pagar apuradas com a conciliação de saldos com fornecedores e regularizações referentes às contas caução, referentes a anos anteriores.

17.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	125,86	334,86
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	2 269,78
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	4 904,71	11 329,70
Total	5 030,57	13 934,34

Em 2022 a Celium considerou como dívida incobrável a dívida da Camara Municipal de Coimbra referente aos serviços de Transporte Escolares de 2020, após a devolução das faturas por esta entidade apesar de durante o ano terem sido desenvolvidos vários esforços para a recuperação desta dívida.

Os outros gastos referem-se a regularizações negativas efetuadas pela Segurança Social no valor de 5 030,76€, a regularização da dívida de sócios exonerados e falecidos no decorrente ano e a regularizações de gastos de anos anteriores cujos documentos só foram entregues em 2022.

Em 2023 os outros gastos referem-se a regularizações negativas efetuadas pela Segurança Social no valor de 280,00€, a regularização da dívida de sócios exonerados e falecidos no decorrente ano, a quotas pagas à UIPSS e a despesas com a organização de eventos e atividades para a angariação de fundos.

17.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1,24	1,21
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	1,24	1,21
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	349,97	112,54
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	349,97	112,54
Resultados Financeiros	348,73	111,33

17.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Assembleia Geral em 24 de março de 2023.

Ceira, 13 de março de 2024

O Contabilista Certificado

A Direção
